

PROJETO DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Contrato de Empréstimo nº 2371/OC-BR (BR-L1251)

Seminário de Encerramento

30 de outubro de 2018



- ❑ **Mutuário:** Estado do Rio Grande do Sul
- ❑ **Órgão Executor:** Sefaz
- ❑ **Fiador:** República Federativa do Brasil
- ❑ **Órgãos Beneficiados:** Sefaz e PGE

- ❑ **Valor do Projeto:** US\$ 66,7 milhões
- ❑ **Financiamento BID:** US\$ 60 milhões
- ❑ **Contrapartida:** US\$ 6,7 milhões

- ❑ **Assinatura do Contrato:** 29/08/2011
 - ❑ **Prazo de Desembolso:** 5 anos => 29/08/2016
 - ❑ **Prazo prorrogado:** + 2 anos => 29/08/2018
-
- ❑ **Prazo de Amortização:** 20 anos
 - ❑ **Prazo de Carência:** 5 anos
 - ❑ **Amortização:** 30 prestações semestrais de 15/11/2016 a 15/05/2031
-
- ❑ **Juros (Taxa Libor):** pagos semestralmente nos dias 15/05 e 15/11, desde 15/11/2011

Objetivo Geral

Contribuir para o fortalecimento da gestão fiscal do Estado para promover o alcance de metas fiscais sustentáveis e assim lograr maiores taxas de investimento que melhorem o nível de crescimento do Estado.

Objetivo Específico

Melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal do Estado, visando:

- incrementar a receita própria do Estado;
- melhorar a eficiência e o controle do gasto público; e
- prover melhores serviços ao cidadão.

I – Integração da Gestão Fazendária

II – Administração Tributária e Contencioso Fiscal

III – Administração Financeira, Patrimonial e Controle Interno da Gestão Fiscal

IV – Gestão de Recursos Corporativos

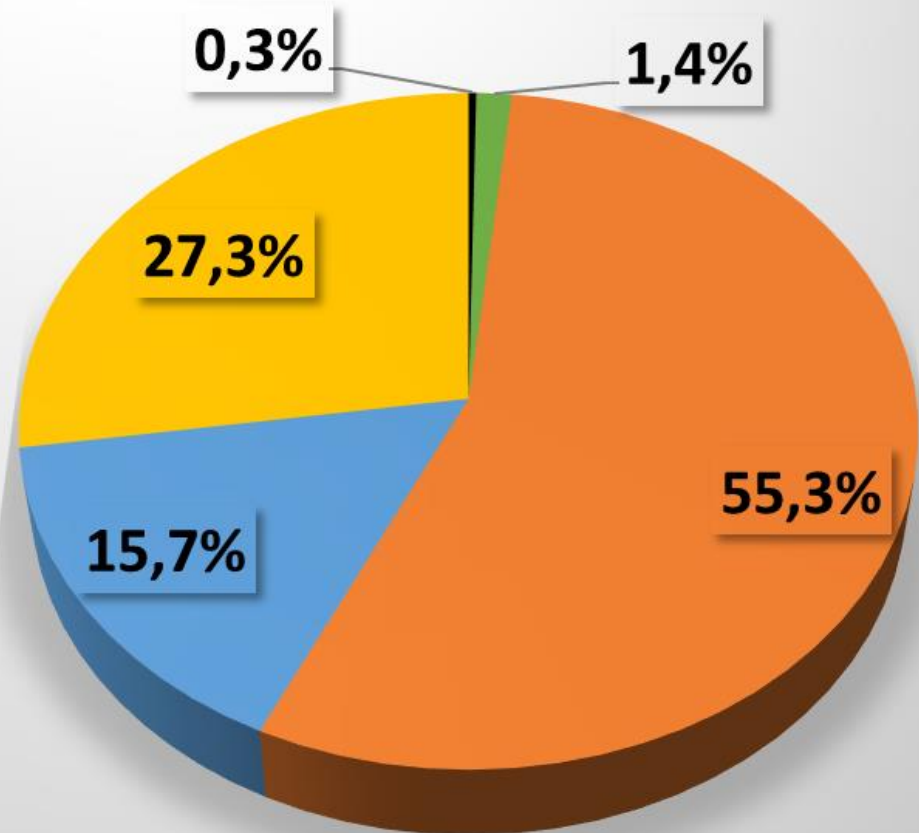
■ **Administração do Projeto**
US\$ 172 mil

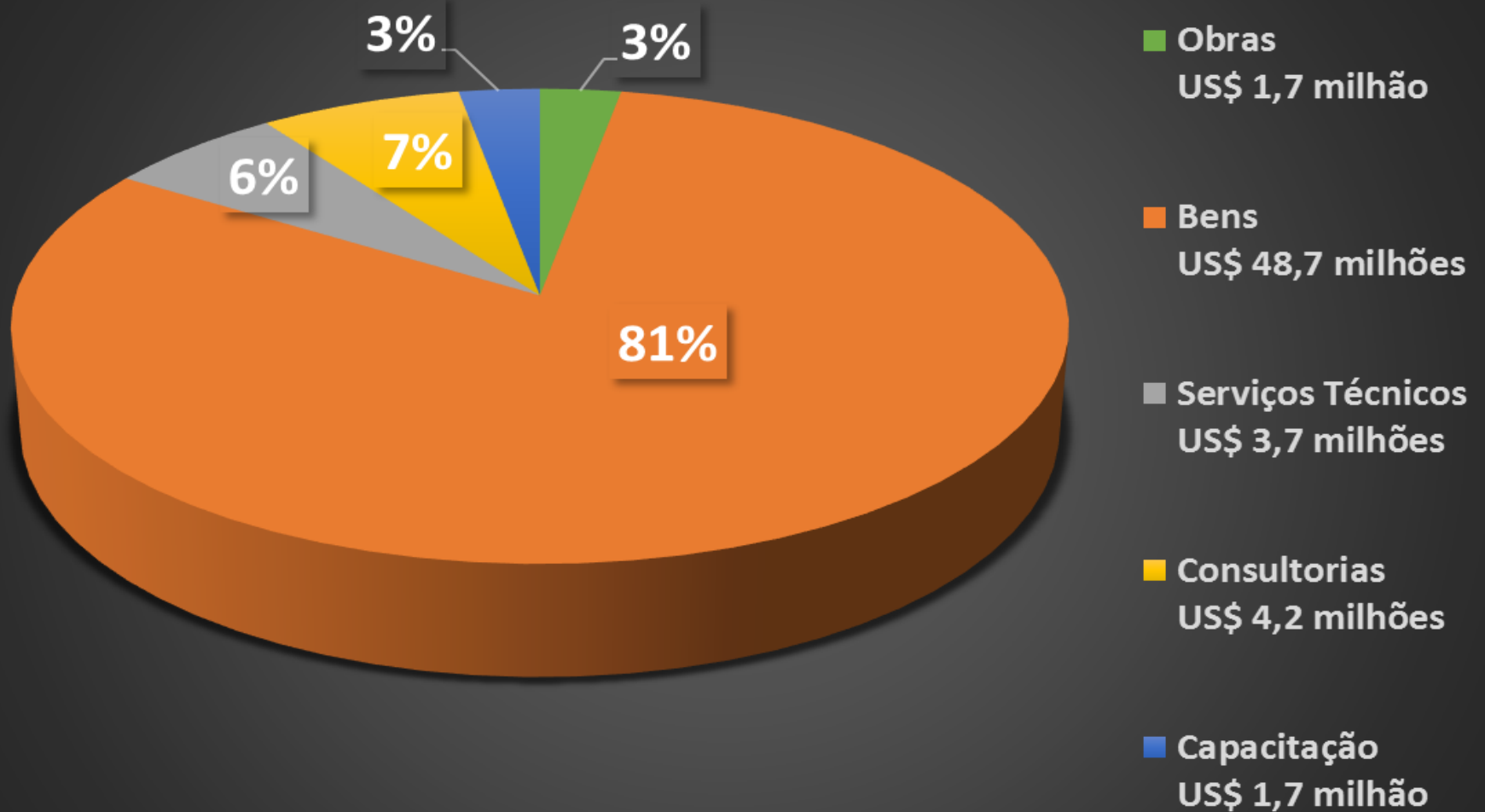
■ **Integração da Gestão Fazendária**
US\$ 847 mil

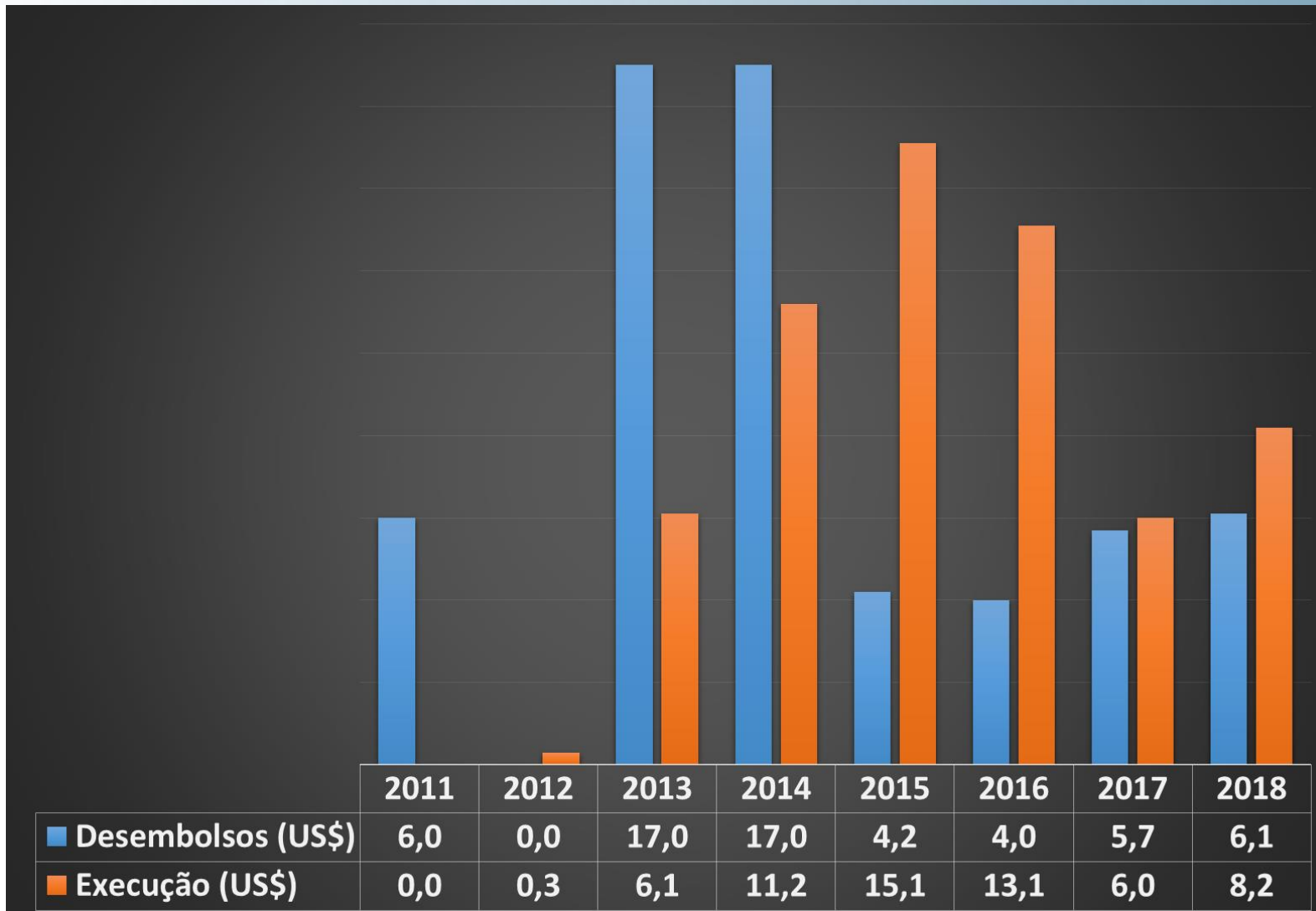
■ **Administração Tributária e
Contencioso Fiscal**
US\$ 33.210 mil

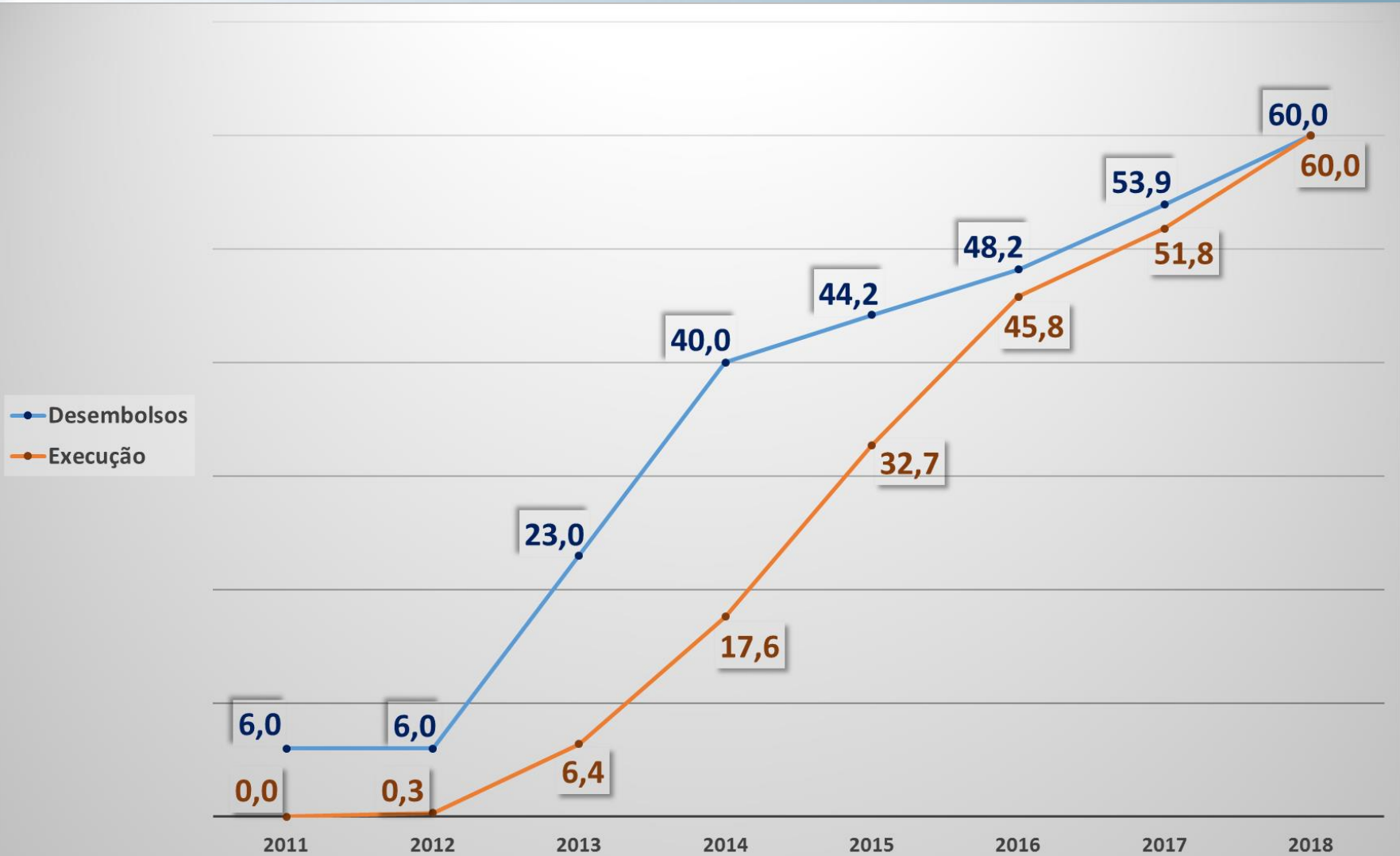
■ **Administração Financeira, Patrimonial
e Controle Interno da Gestão Fiscal**
US\$ 9.398 mil

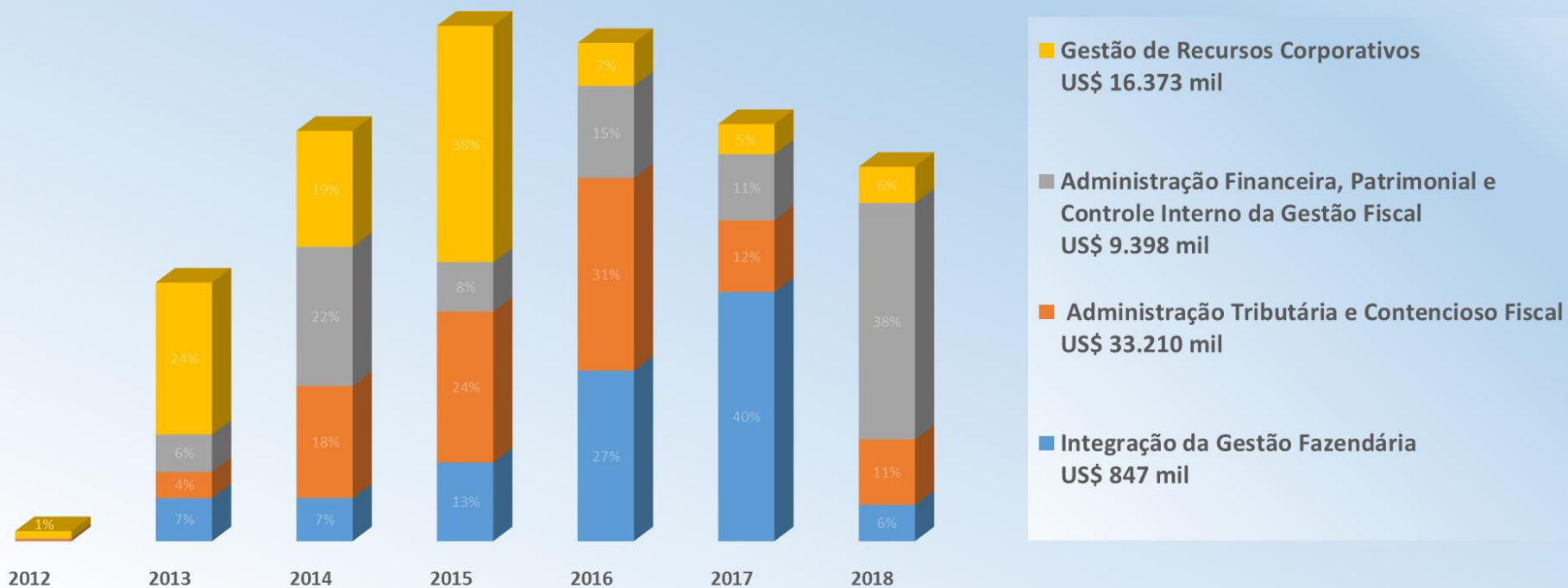
■ **Gestão de Recursos Corporativos**
US\$ 16.373 mil











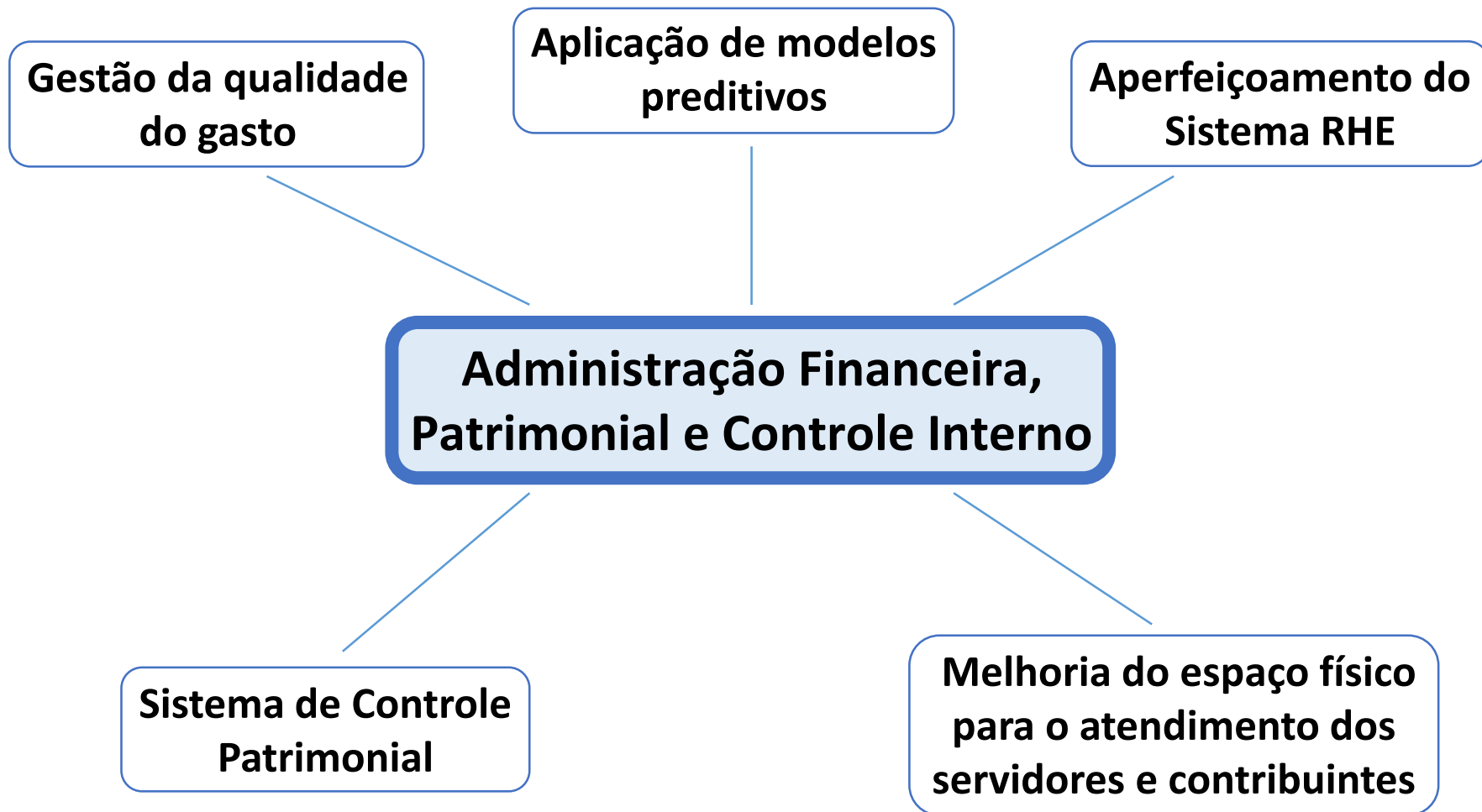


**Documentos Fiscais Eletrônicos
(NF-e, NF Gaúcha, NFC-e...)**

***Big Data* – análise dos
documentos fiscais eletrônicos**

**Administração Tributária e
Contencioso Fiscal**

**Gerenciamento e controle
do contencioso judicial**





Componente I – INTEGRAÇÃO DA GESTÃO FAZENDÁRIA

Melhoria da sistemática de avaliação e retroalimentação das ações e atividades anuais relacionadas ao plano estratégico

Meta	Alcance
Implantar mapas gerenciais e sistemática de monitoramento nas três subsecretarias (Cage, Receita e Tesouro).	Resultado alcançado em 2016.

Componente II – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

Incremento do nível de arrecadação das receitas próprias do estado devido a um melhor controle dos contribuintes

Meta	Alcance
Aumentar para R\$ 6.548 milhões, até o ano de 2016, a arrecadação nominal dos segmentos econômicos combustível, bebidas, perfumaria, máquinas e material elétrico e metal mecânico, com a introdução do SIRE.	R\$ 10.982 milhões em 2017.

Componente II – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL**Aumento da arrecadação do ICMS**

Meta	Alcance
Atingir um incremento de 2,53% da arrecadação anual do ICMS, em termos reais, de 2008 a 2016.	Crescimento real de 31,14% até set/18.

Componente II – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

Melhoria no controle do cumprimento da obrigação tributária pelo comércio varejista

Meta	Alcance
Ter 5.000 empresas do comércio utilizando a Nota Fiscal Gaúcha.	179.928 empresas em junho de 2018.

Componente II – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL**Redução de custeio de telecomunicações do Estado**

Meta	Alcance
Reduzir de R\$ 6,4 milhões para R\$ 640 mil o custeio de telecomunicações do Estado em virtude da Infovia.	R\$ 6,18 milhões em 2017.

Componente II – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

Maior eficácia da cobrança judicial

Meta	Alcance
Aumentar a cobrança judicial para que se estabeleça entre R\$110 milhões e R\$114 milhões.	R\$ 157 milhões em 2018 (até junho).

**Componente III – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E
CONTROLE INTERNO DA GESTÃO FISCAL**

Melhoria na gestão do gasto público estadual

Meta	Alcance
Limitar o custeio gerenciável anual a 6,5% da Receita Corrente Líquida a partir de 2014.	10,7% em junho de 2018.

Componente IV – GESTÃO DE RECURSOS CORPORATIVOS**Aumento da transparência dos gastos do governo**

Meta	Alcance
Atingir média de 500 acessos/dia ao Portal da Transparência até 2016.	Média de 1.844 acessos em 2018 (até junho).

- Participação nas reuniões da COGEF, GT Capacitação e GT ITCF.
- A descrição do escopo de cada produto em documento específico e atualizado garante a compreensão do conteúdo pela equipe e facilita significativamente as sucessões decorrentes de troca de pessoal.
- Compreensão e aplicação das normas e políticas do Banco no uso de recursos do financiamento (estudo PGE).
- Projetos transversais, com a aglutinação de aquisições ou contratações, havendo um alinhamento das áreas.

- **Sistemas de Compras Governamentais.**



Compras Eletrônicas RS

- **Administração financeira.** Uso do Sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE).

- **Auditoria e controle.**





Carlos Mário Lima de Souza

Coordenador-Geral do PROFISCO-RS

carlosmario.souza@sefaz.rs.gov.br

Ana Lúcia Paiva Dezolt

Especialista Sênior em Gestão Fiscal

anapa@iadb.org